

João Zenha Martins

Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

- **Síntese**

Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde foi monitor, assistente-estagiário e assistente convidado, e onde obteve o grau de mestre com dissertação intitulada “Da mobilidade dos futebolistas profissionais - Contributo para o estudo do contrato de trabalho desportivo”.

Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa com dissertação intitulada “Dos pactos de limitação à liberdade de trabalho”.

Adjunto do Provedor de Justiça, Consultor do Gabinete de Política Legislativa, Consultor da Direcção-Geral da Política de Justiça, Consultor do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros e quadro superior da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP (actualmente em situação de licença sem retribuição).

Intervenções, em diferentes qualidades, em seminários, conferências, pós-graduações e cursos de mestrado.

Intervenções, na qualidade de Membro, e em diferentes planos de representação institucional, no *International Ombudsman Institute* (IOI), no Grupo de Peritos de Direito Comercial a funcionar junto da Comissão e do Conselho (CLEG), no Grupo Comunitário sobre Direito Europeu dos Contratos, no Livro verde de Direito da Concorrência (“Expert meeting on Damages Actions for Breach of Articles 81 and 82 EC”), no Grupo National Start-up Coordinators ou na Comissão *Ad Hoc* de elaboração de uma Convenção sobre a

prevenção e o combate à violência doméstica constituída no Conselho da Europa (CAHVIO).

- **Publicações mais relevantes**

Cedência de Trabalhadores e Grupos de Empresas, Almedina, Coimbra, 2002 | “A descentralização produtiva e os grupos de empresas ante os novos horizontes laborais”, *Questões Laborais*, n.º 18, Coimbra, 2001 | “Cedência ocasional de trabalhadores – algumas notas”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XLII, n.º 2, 2001 | “Os auxílios de Estado. O caso específico dos auxílios à formação e dos auxílios de minimis”, *Revista Jurídica da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa*, n.º 25, Abril de 2002 | *O Genoma Humano e a Contratação Laboral*, Editora Celta, Oeiras, 2002 | “Interpretação conforme com a Constituição”, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles*, Vol. V., Almedina, Coimbra, 2003 | “A subcontratação e os grupos de empresas ante os novos horizontes laborais”, ns.º 14/15, *Revista Sociedade e Trabalho*, Ministério da Segurança Social e Trabalho, 2003 | “Directives relatives au temps de travail”, *Médiateur de L`Europe. Bulletin d'Information*, Numéro 1, Octobre 2003 | «O novo Código do Trabalho e os “contratos de trabalho com regime especial”: pistas para o enquadramento do contrato de trabalho desportivo», *Revista do Ministério Público*, n.º 95, ano 24.º, Outubro-Setembro de 2003 | “The Charter of Fundamental Rights of the European Union: a Landmark in the European Landscape in the European Landscape and the Prospect for a Dynamic Role of the Ombudsman” (com Catarina Sampaio Ventura), *The International Ombudsman Yearbook*, 7 (2003), Brill Academic Publishers, Leiden & Boston, 2005 | “A inscrição do montante da retribuição no contrato de trabalho desportivo e a sua fixação judicial”, *Revista Sub Judice. Justiça e Sociedade*, n.º 27, 2004 | “Definição e condições gerais da cedência ocasional de trabalhadores no Código do Trabalho”, *Questões Laborais*,

n.º 26, Coimbra, 2005 | “Nótula sobre a reforma por velhice e a caducidade do contrato de trabalho”, *Prontuário de Direito do Trabalho*, n.º 68, Centro de Estudos Judiciários, Coimbra Editora, Coimbra, 2004 | “O novo regime jurídico da adopção na encruzilhada reformista do Direito da Família e dos Menores”, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor António Marques dos Santos*, Almedina, Coimbra, 2005 | “O segredo jornalístico, a protecção das fontes de informação e o incidente processual penal de quebra de escusa de depoimento”, *Revista do Ministério Público*, n.º 106, ano 26.º, 2006 | “O Sistema de Mediação Laboral - Algumas Notas”, *Prontuário de Direito do Trabalho*, n.º 72, Centro de Estudos Judiciários, Coimbra Editora, Coimbra, 2007 | “Os pactos de não concorrência no Código do Trabalho”, *Revista de Direito e de Estudos Sociais*, ns.º 3 e 4, Ano XLVII (XX da 2.ª Série), Verbo Editora, Lisboa, 2006 | “Dos pactos de não concorrência com projecção laboral”, *Jurisprudência Constitucional*, n.º 9, 2007, Coimbra Editora | «Em torno das “associações na hora” e do direito associativo português», *Scientia Iuridica* n.º 311, 2007 | “A realidade laboral desportiva e as indemnizações por promoção ou valorização”, *Estudos de Homenagem a Vítor Ribeiro*, Centro de Estudos Judiciários, Coimbra Editora, Coimbra, 2008 | “A cedência ocasional de trabalhadores em Portugal: enquadramento”, *Revista EPD - Escola Paulista de Direito - São Paulo, Escola Paulista de Direito*, n.º 4, 2008 | “A vinculação laboral desportiva e os pactos de opção”, *Liberdade e compromisso: estudos dedicados ao Professor Mário Fernando de Campos Pinto*, UCP, Lisboa, 2009 | “A idade e a reforma por velhice como causas de cessação do vinculum laboris: a (in)segurança social e o trabalho”, *Ars Iudicandi - Estudos em Homenagem ao Professor Doutor António Castanheira Neves, Vol. II- Direito Privado*, Coimbra Editora, Coimbra 2009 | “Cedência de praticantes desportivos profissionais: especificidades”, *Estudos em Homenagem ao Professor Luís Carvalho Fernandes, Volume II*, UCP, Lisboa, 2011 | “Algumas notas sobre o regime das associações sem personalidade jurídica”, *Estudos em Homenagem ao Professor Carlos Ferreira de Almeida, Volume III*, Almedina, Coimbra, 2011 | “Neoconstitucionalismo e interpretação conforme”, *Teoria da argumentação e neoconstitucionalismo: um conjunto de perspectivas* (org. António Manuel

Hespanha & Teresa Pizarro Beleza), Almedina, Coimbra, 2011 | “Os futebolistas profissionais e as cláusulas de rescisão”, *Estudos em Homenagem ao Professor Bernardo Lobo Xavier*, Vol. II, UCP, 2014 | «Da convivência entre as cláusulas de exclusividade e o trabalho a tempo parcial: reflexão a propósito da proibição de exclusividade no Reino Unido para os contratos “zero horas”», *Revista do Ministério Público*, n.º 142, ano 36.º, 2015 | “Auxílios de Estado: pressupostos e novas leituras em torno do conceito de selectividade”, *Revista de Direito Público* n.º 12, 2014.